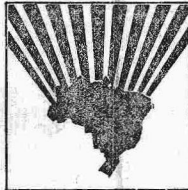


## POLÍTICA ECONÔMICA

*Se tem um projeto de longo prazo para a reforma da economia, o governo ainda não conseguiu mostrá-lo à sociedade. Sequer conseguiu convencer alguns economistas de que tal projeto existe. Sem esse programa, que concilie medidas de curto prazo com reformas abrangentes, o País não sairá da crise, na opinião desses economistas.*



*Também os empresários acham que o governo tem de acenar com projetos pós-plano para que possam decidir seu futuro. E enquanto os sindicalistas dizem que não haverá retomada do crescimento sem recuperação dos salários, os astros não dão boas notícias: a falta de harmonia entre Saturno e Júpiter indicam mais recessão.*

# Economistas pedem projeto nacional

VANESSA DE GODOY

A equipe econômica acerta na teoria mas erra na prática da política de estabilização de curto prazo da economia brasileira. No longo prazo, prevêem os economistas, se o governo não apresentar um projeto nacional detalhando os objetivos que pretende alcançar, dificilmente conseguirá o apoio necessário à política de estabilização. "A saída é adotar uma estratégia de longo prazo que permita o aumento gradual do salário real", afirma Joaquim Elói Cirne de Toledo, professor da Faculdade de Economia da USP.

Como Toledo, outros economistas acreditam que o governo só sairá da crise se conseguir conciliar as medidas de curto prazo com um programa mais abrangente de reformas econômicas. "Vivemos a ausência de um projeto nacional que tenha ampla base de consenso e enfrente os problemas estruturais que foram se arrastando durante a crise dos anos 80", afirma Aluizio

meio de medidas provisórias." Até mesmo a negociação da dívida externa teria sido mais bem-sucedida, na sua opinião, se a sociedade fosse chamada a participar. "A proposta brasileira traz alguns avanços, principalmente ao associar o pagamento ao superávit fiscal", diz Mercadante. Mas poderia, exemplifica ele, sugerir aos credores que o serviço da dívida fosse convertido em um fundo para investimentos em meio ambiente.

O papel do Estado, para Mercadante, tem de ser analisado com mais cuidado. Não deve se limitar ao modelo nacional desenvolvimentista da Cepal, mas também não pode cair na privatização pura e simples. "Em um sistema de capitalismo tardio como o nosso, o Estado ainda é importante para o desenvolvimento e deve concentrar sua atuação nos setores estratégicos", sustenta.

## EXECUÇÃO POBRE



Norma Albano/AE-16/3/90

**Celso Martone, professor da USP: execução é pobre**

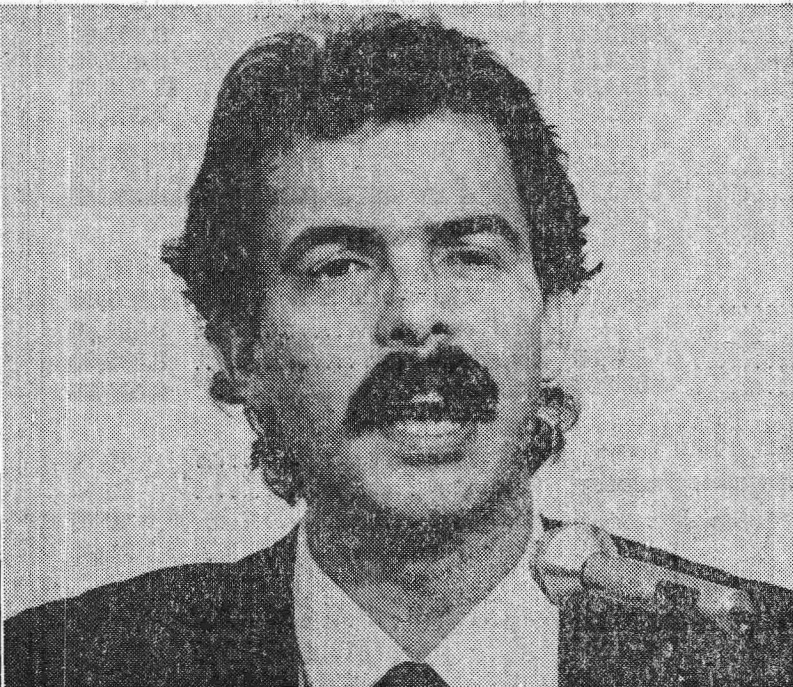
Mais preocupado com a política de curto prazo, Celso Luiz Martone, da Faculdade de Economia do Estado de São Paulo, considera correta a direção geral da política econômica do governo Collor. Mas critica a sua execução, "extremamente pobre". Ele argumenta: "A política monetária tem sido errática e o saneamento do setor público parou no segundo semestre", lamenta Martone. Por isso, ele acha que o governo deve iniciar uma segunda rodada de cortes de gastos na administração direta e principalmente nas empresas estatais. Caso contrário, não conseguirá manter o equilíbrio fiscal em 1991.

Mercadante, eleito deputado federal pelo PT. José Milton Dallari, economista e secretário de Abastecimento e Preços durante o governo de José Sarney, também acha que o governo precisa "dar sinais do que há no horizonte". Atuando como consultor, à frente de sua empresa, a Decisão Consultoria, Dallari diz que "falta um Plano Brasil que reúna os objetivos do governo nos próximos quatro anos".

Toledo acha possível conciliar a estabilização da economia com a necessidade "urgente" de redistribuir a renda. "O governo tem de avançar no choque fiscal para garantir o superávit em 1991, ao mesmo tempo em que evita excessos de demanda por meio do aperto na política monetária", explica. Isso não impede, na sua opinião, a realização simultânea de mudanças estruturais. "É possível aumentar o salário real por meio do estímulo à produtividade, incentivo à concorrência e ação direta do governo em favor da distribuição de renda", afirma. Sem essas reformas, Toledo garante que a inflação volta e destrói o que foi conquistado.

Para Mercadante, a saída vai além da fronteira econômica. Exige uma redefinição do relacionamento do governo com a sociedade. "A marca do autoritarismo está muito presente", comenta. "O governo tem de democratizar as decisões políticas e deixar de governar por

Dallari não chega a considerar "pobre" a execução da política de curto prazo, mas acredita que é muito lenta: "Da teoria à prática, reina a lentidão." Ele cita o exemplo do crédito agrícola. Embora o governo tenha anunciado a liberação de recursos, o agricultor vai ao banco e "não levanta nada". Várias medidas na área da desregulamentação, segundo ele, também são demoradas, como é o caso da retirada de guias de importação no Departamento de Comércio Exterior (Decex). Outras medidas que Martone considera urgentes são o programa de privatização com parte dos cruzados novos congelados, a abertura comercial no período 1991-1994 e a maior liberdade ao mercado financeiro para que as taxas de juros reais ao poupador aumentem e as taxas reais aos tomadores de crédito caiam. Ele lembra, no entanto, que não há soluções mágicas para superar o atual impasse inflacionário. "A estabilidade duradoura do País exigirá cerca de três anos", afirma, prazo médio de experiências anteriores realizadas no próprio Brasil (1964—1967), no Chile (1973—1979) e no México (1985—1989).



Célio Júnior/AE-36/11/89

**Mercadante, deputado federal eleito pelo PT: ausência de projeto nacional**



Amâncio Chiodi/AE

**Mário Amato, da Fiesp: "Desta vez o choro é sincero"**



Fernando Fimante/AE

**Semler: "Aguardar os resultados com paciência"**